



## O direito à representação: banalidade do mal e o jornalismo

Rodrigo César Castro Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** Poucas são as esferas de representação humana que possuem a capacidade de sacralizar o banal e de banalizar o histórico; de acobertar e esquecer o essencial. Óbvio que se fala aqui do papel do jornalismo moderno. Estes pequenos indícios talvez nos revelem grandes constatações. Se há uma banalização na história do jornalismo, sobretudo nos últimos anos, esta será a banalização do mal. Por conta disso, vive-se uma crise de representação jornalística na qual muitos indivíduos se veem privados de um dos mais íntimos direitos sociais: a representação. Outro caminho para esta constatação será uma análise semiótica do fato de que a notícia requer, muito constantemente, a vestimenta do caráter de uma suposta novidade. Quando a novidade se esgota, há uma objetificação do indivíduo; perde-se a capacidade de sensibilização. Em seguida, negligenciam-se pautas essenciais aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** jornalismo; banalidade do mal; representação; notícia; semiótica.

### 1. Estar representado

Desde o início do começo dos estudos jornalísticos, a pergunta “o que de fato está dentro das páginas dos jornais?”<sup>2</sup> tem sido uma parte integrante da pesquisa de qualquer investigador que se permita enveredar seriamente pelo campo. Embora a questão ainda não tenha sido resolvida de maneira satisfatória – mesmo que frutíferas tentativas tenham nos aproximado de um conhecimento cada vez mais sólido em termos epistemológicos – uma constante surge nas mais diversas escolas ou análises que lidam com o tema: o que nos aparece por detrás das folhas cinzentas e ásperas dos jornais não é um acaso. Para tudo há uma razão de ser. O que se representa é um indício de como uma

---

<sup>1</sup> Formado em jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie com graduação sanduíche na SciencesPo de Paris, é atualmente mestrando em Ciências da Comunicação na Escola de Artes e Comunicações (USP) na linha de Teoria e Pesquisa em Comunicação com ênfase em Epistemologia da Comunicação.

<sup>2</sup> Ou então mais simplesmente, “o que é notícia?”.

determinada sociedade se constrói diante da eterna perplexidade a partir dos fatos da realidade. Em todo o caso, uma coisa é certa: a representação é uma seara fundamental. A representação, sobretudo midiática, é um alicerce de identificação. Como diria o linguista francês Émile Benveniste (2005), é no olhar dos pares que o outro se reconhece. O direito ao olhar, ao perceber-se, à afirmação como indivíduo (ou então enquanto comunidade integrante de um sistema ainda maior, quiçá um país, uma nação) é coisa fundamental. Todavia, ainda não se percebeu que a representação social é um direito básico dos cidadãos – pouco se fala disso. Estar representado como parte consistente e relevante da sociedade deveria ser uma constante nos jornais e nas notícias; entretanto, seja por malícia intelectual ou então por ingenuidade subconsciente, percebe-se que algumas representações aparecem na mídia com muito mais frequência na medida em que outras sejam escassas em demasia (**ver gráfico 1**). Tal fato, contudo, não é novo – não passou despercebido por olhares mais aguçados. Ademais, quando certas camadas sociais passam a ser representadas midiaticamente sempre de uma mesma maneira, a novidade tende a perder importância. Tal como nos relata Muniz Sodré (1992, p. 114), “a abstração violenta (com relação à vicissitude territorial) da montagem industrial dos meios de comunicação contribui para o reforço de papéis e estereótipos presentes na memória coletiva da sociedade tradicional”. Por mais anômala que seja uma ocorrência, o evento daí resultante será normalizado se repetido à exaustão: é daí que pode surgir aquilo que Hannah Arendt, muitos anos atrás, apelidou como a banalização do mal. O porquê de essa banalização ser como é – além de jogar milhares de pessoas no ostracismo – será o objetivo da análise desse artigo.

## 2. O que representar?

A primeira tentativa de estabelecer um panorama geral dessas representações veio com a dupla de sociólogos noruegueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge. Foi o “pontapé” inicial para o que mais tarde se estabeleceu como o campo do valor-notícia. Galtung e Ruge (1965, p.64) definiram a notícia como “a relação de nível interpessoal entre os eventos, a percepção com fatores operacionais seletivos e distorcidos sob diferentes circunstâncias, no qual a imagem final é relativamente bem explorada”. Daí, o

que realmente importa na consideração das notícias (1965, p.65) “é o que há de chamar a nossa atenção”. Para a dupla de noruegueses, a vida está coberta por uma rica amostra de frequências e sinais<sup>3</sup>, uma metáfora para o desdobramento dos fatos e das indicações que, perdidos (ou não) no espaço, repetem-se à exaustão como se o mundo fosse um emaranhado de antenas de transmissão, emitindo dados e informações que, eventualmente, aglutinam-se em uma imensa cacofonia – da qual é mister separar o joio do trigo, o sinal do ruído, a notícia do banal; algo que os pesquisadores definem em inglês como “happening” (1965, p.65). Quando da seleção dessas informações, os pesquisadores consideram como algo muito claro a aparição de doze fatores. São eles:

1. A frequência: Para Galtung e Ruge a frequência se refere à duração de um evento. Quanto mais tempo dura um fato, maior a possibilidade de que ele seja importante e, portanto, retratável.
2. A Amplitude: Aqui se trata da máxima “quanto maior, melhor”. Quanto mais visível e mais observável, mais retratável o fato se torna.
3. A clareza: Para os dois, o maniqueísmo é um fator atrativo ao jornalista. A noção de uso trivial dos estereótipos deve ser algo bem claro, não se podem gerar dúvidas – os fatos são claros ou escuros, grandes ou pequenos, e assim por diante. Prefere-se a falta de ambiguidade.
4. A significância: Quanto mais particular e significante o fato seja para o público, maior a sua importância para ele.
5. A consonância: Se algo corresponde à expectativa do público – é a chamada inserção do “novo” a partir dos parâmetros do “antigo”.
6. O inesperado: Em contrapartida ao item acima, a inexatidão é um fator surpreendente – algo que atija a curiosidade; logo, quando há uma quebra no esperado, o fato torna-se notícia.

---

<sup>3</sup> Curioso notar que mesmo após cinquenta anos de publicação, os estudos de Galtung e Ruge continuam a ser de grande valia para a contemporaneidade. Em 2012, o guru das previsões estatísticas e jornalísticas Nate Silver decidiu batizar a sua obra com a mesma parábola indicada pela dupla. Desnecessário dizer que o trabalho de Silver intitulado por “The Signal and the Noise” foi um grande sucesso entre os membros da imprensa norte-americana. No livro, o autor faz um amplo uso desse conceito entre o sinal (a informação e a posterior notícia) e o ruído (o achismo e o posterior “bate-boca”).

7. A continuidade: Se algo já se tornou notícia, maior a probabilidade de que o acontecimento continue como fato noticioso.
8. A composição: Na opinião dos especialistas o noticiário se dá quase como se fosse uma espécie de um arranjo de notícias, a fim de balancear a programação.
9. Nações de elite: Os grandes países monopolizam a cobertura jornalística.
10. Pessoas de elite: Quanto mais importantes são os indivíduos (políticos, intelectuais, filantropos, artistas, etc), maior a probabilidade de que se tornem notícia.
11. A personalização: Quando o fato é percebido em termos pessoais.

Curiosamente, é o item 12 que irá nos saltar aos olhos. É uma constatação que dialoga em grande amplitude com a banalização do mal. Segundo a dupla norueguesa, o último vetor da cobertura jornalística é, também, o valor do negativo. O ruim, o negativo e o mal se tornam a notícia. É o que Traquina (2005, p.70) avalia como “bad news is good news<sup>4</sup>”; algo que, muitos anos depois, um trio de pesquisadores canadenses viria a retratar de forma semelhante. Dizem Ericsson, Baranek e Chan (1987, p. 149) que “as más notícias são boas para o discurso noticioso”, pois que as ramificações do fato negativo, geralmente inesperadas (algo que entra em consonância com a pesquisa norueguesa), possuem maiores implicações para o cotidiano a partir das esferas legais, morais, éticas e cívicas. Para Galtung e Ruge (1965), a explicação para o desdobramento do mal no jornalismo é, em grande parte, a necessidade filosófica descompensada (uma espécie de assimetria) que o homem possui para qualificar os fatos ou as trivialidades de seu meio. Dizem eles que:

There is a basic asymmetry in life between the positive, which is difficult and takes time, and the negative, which is much easier and takes less time - compare the amount of time needed to bring up and socialize an adult person and the amount of time needed to kill him in an accident: the amount of time needed to build a house and to destroy it in a fire, to make an airplane and to crash it, and so on. The positive cannot be too easy, for then it would have low scarcity value. Thus, a negative event can more easily unfold itself completely between two issues of a newspaper and two newscast transmissions - for a positive event this is more difficult and specific. Inaugurating or culminating events are needed. (GALTUNG & RUGE, 1965, p. 69)

---

<sup>4</sup> Tradução: “notícias ruins são notícias boas”.

Ademais, deve-se levar em consideração outros fatores que tornam o mal um assunto mais propício ao discurso jornalístico. Tal como os noruegueses nos relembram, o mal nos chama a atenção porque possui uma grande probabilidade de desdobramento, algo que facilita a cobertura jornalística. A notícia, dessa maneira, é a representação daquilo que assinalou uma ruptura, uma quebra na ordem natural do tempo e das coisas – por esse ângulo é algo que marca, necessariamente; algo que nos chama a atenção por algum aspecto que fugiu do controle e, tal como nos dizem Galtung e Ruge (1965), nada melhor do que um fato negativo para “atiçar” a atenção alheia. Além disso, as notícias negativas seriam mais consensuais e sem ambiguidade. Para os pesquisadores noruegueses (1965, p.69), há um “acordo sobre a interpretação do evento como algo negativo”<sup>5</sup> – é mais fácil dizer que algo é ruim (pois que é imediato) do que assinalar um evento como positivo (pois que leva mais tempo a fim de que seja considerado como tal). Outro fator interessante para tanto é a constatação de que, segundo eles, o negativo é mais consonante e inesperado, pois que vai além do comum – novamente aqui há um retorno para o conceito de quebra do paradigma dos desdobramentos do comum. Portanto, conclui-se que a notícia, alicerce narrativo, preocupa-se mais com aquilo que não cabe na normalidade do mundo, buscando sempre a exceção, jamais a regra. A notícia é o fato que não coube na linguagem, é o desarranjo da existência, a quebra da narrativa, algo que sobrepuja uma interpretação prévia da linguagem e que pode desembocar em uma nova interpretação do cotidiano, na própria formação do que é ou não é comum. Mas e quando isso se repete vezes a fio, e do mesmo jeito, sempre com os mesmos indivíduos de um determinado grupo social? É isso que veremos a seguir.

### **3. Entre lá e cá: a banalização da representação**

Hoje em dia, ao abriremos os jornais, podemos ter a impressão de que nenhum crime, nenhum ato de terror, nenhuma moléstia, nenhuma desgraça, nada e absolutamente nada, possa ser de todo surpreendente. Quem abre o jornal ou liga a televisão em sua casa, já o faz com uma expectativa muito baixa em relação ao conteúdo que dali virá – a fórmula do “espreme que sai sangue” não choca, nem diz coisa alguma; é sim-

---

<sup>5</sup> No original: “there will be agreement about the interpretation of the event as negative”.

plesmente o que se tornou o banal, o comum. Parece que estamos amortecidos quanto a isso. O que antes parecia a exceção (o crime, o escárnio, a perjúria, o roubo), hoje mais se assemelha à regra. Algumas autocríticas chegaram a “pipocar” na mídia nesse sentido – mesmo alguns jornalistas, leitores e espectadores reconhecem nesta “sinistra” inspiração a tendência da comunidade jornalística. Vejamos o que o jornalista e escritor Alberto Villas (2015) disse a esse respeito, em um artigo intitulado “Notícia boa não presta”, também em uma espécie de autocrítica em relação à comunidade jornalística, inserido em sua coluna na revista Carta Capital:

Notícia ruim chega, além de rápido, a todo momento. Basta abrir o jornal, clicar em qualquer site de notícia ou ligar a televisão num telejornal. Jornalista hoje virou caçador de notícia ruim, porta-voz da tragédia. Seja tragédia aérea, grega, econômica, política, vale tudo. Se levarmos a sério todas essas manchetes que pipocam a cada momento, chegamos à conclusão de que o Brasil respira com ajuda de aparelhos e não passa desse final de semana. Quando eu ainda trabalhava em redação – lembro-me bem – criticava-se muito aquelas matérias que chamávamos de matérias ONG, tipo o país que dá certo, gente que faz, coisas que funcionam. Criança tocando violino na favela, ensaiando balé na periferia, velhinho animado fazendo hidroginástica. E o furo? Hoje só é considerado furo, um escândalo bem cabeludo. Escandalozinho não vale. Basta dar uma olhada nas manchetes para perceber que o objetivo agora é deixar bem claro pro leitor que o Brasil vai de mal a pior. Essa semana começou assim, bem cedo, com uma manchete do *UOL*: *Roubos e furtos caem no primeiro semestre, mas assaltos a bancos crescem em SP*. Virou uma obsessão. Mesmo com uma notícia boa, é preciso encontrar um viés negativo pra virar manchete, um *mas*, por exemplo. Coisas do tipo: "O tempo vai melhorar hoje, mas vai chover no final de semana". "O preço do tomate cai, mas o xuxu tem alta". "Ranking da educação melhora, mas ainda estamos atrás da Argentina". O *mas* está sempre lá nas manchetes e se você observar bem, tudo piorou foi nos últimos 12 anos (...). Além de caçador de notícia ruim, jornalista virou detetive. Notícia boa não interessa. Vivemos uma época em que é preciso valorizar a falência, bombar os números negativos, ver o lado ruim das coisas. Parece que os mancheteiros de plantão soltam fogos quando a inflação sobe, fazem tintin quando o PIB cai, comemoram até um arrote de delator. (VILLAS, 2015, online, grifo do autor)<sup>6</sup>

Mais recentemente, no início de 2017, o desabafo de um espectador passou ao vivo na Rede Record, momento este no qual o canal praticou uma espécie de *mea culpa*:

Às vezes fico tentando entender como vocês podem passar desgrça o dia inteiro na emissora, contaminando a todo o momento com cargas negativas, revolta, desgostos, tristeza, e no final do dia passar um programa que tenta ajudar as pessoas? Alguém me explica isso? (...) Porque se deixar a TV ligada o

---

<sup>6</sup> Artigo disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/noticia-boa-nao-interessa-5610.html>.

dia todo, dá a impressão que o mundo está uma desgraça, com tristezas, mortes, a todo o momento. Sei lá, é a minha opinião. (VEJA, 2017, online)<sup>7</sup>

De modo que, ao falarmos da banalização do mal, sobretudo em relação ao conteúdo jornalístico, não é que estamos loucos e muito menos enxergando uma panaceia em plena cadeia de informação pública; é pelo motivo de que, empiricamente, há uma banalização do mal em plena alvorada. Curiosamente, e por anos a fio, o homem vem banalizando os próprios males – sem jamais atentar em como este fato tão controverso edificou-se na sua própria cultura. Na medida em que se banaliza o negativo, comunidades inteiras sofrem com a “normatização” daquilo que é ruim – a violência, o crime, a intolerância etc (como se todas as desgraças fossem devidas a um exclusivismo de determina camada da sociedade). Muitos indivíduos se veem, subitamente, privados de outra espécie de representação. Quando olhamos a fundo na história das notícias, vemos que isso é a norma, jamais a exceção (**ver gráfico 2**).

Quando falamos a respeito da banalização do mal, de camadas inteiras subjogadas por um viés determinista, não há outra intelectual a qual nos possamos remeter que não seja Hannah Arendt (2013), que não apenas cunhou o termo “banalização do mal”, como também ajudou a trazer o problema do mal ao âmago da academia<sup>8</sup> e do jornalismo contemporâneo. Nesse sentido, o primeiro grande mérito de Arendt foi a sagacidade em perceber que o mal – antes mesmo de ser retratado na linguagem, nos exemplos históricos, ou em qualquer outra esfera que se valha – precisa estar revestido com uma roupagem tangenciável a fim de que seja percebido como tal. Por esse ângulo, como quantificar o mal? Como “coisificá-lo”? Apresentar o mal enquanto objeto físico, sólido, objeto teórico ou abstrato, tal qual uma proposição tangível ou possível, tem sido uma fonte de preocupação constante desde que Arendt se debruçou acerca dessa mesma temática. Qualificar ações apenas por adjetivos vazios não descreve o todo e nem quantifica a conduta dos atores sociais. Representar o mal depreende um grave problema conceitual e metodológico, pois que a nossa própria capacidade de julgamento é coloca-

---

<sup>7</sup> Artigo disponível em: <http://veja.abril.com.br/entretenimento/apresentador-da-record-aqui-ha-um-monte-de-coisa-que-nao/>.

<sup>8</sup> Deve o leitor lembrar-se de que o ramo do estudo do mal enquanto motivação filosófica tem sido debatido com muito mais afinco nos meandros acadêmicos norte-americanos. Não é à toa que, ao refugiar-se nos EUA antes da 2ª Guerra Mundial, Hannah Arendt terminou por contribuir – e muito – com o mundo acadêmico americano. Em certa medida, pode-se mesmo dizer que é ela quem inicia o estudo da temática (o problema do mal) em tais termos.

da em jogo. É daí que a formação de estereótipos pode “povoar” a representação de diversas comunidades.

Mas será que não é justamente o jornalismo que tanto contribui para isto? Para esta anuência e falta de sensibilidade diante dos males que tanto nos assolam? Não é necessária, talvez, uma autocrítica a este respeito? O mal quando se torna comum, ou banalizado (enveredando pela terminologia de Arendt), perde a sua total capacidade de nos instruir. A mesma informação, quando repetida vezes a fio, perde a sua faculdade de nos informar; mesmo o fato mais escabroso pode se tornar um fato dos mais banais quando dele já não possamos extrair nada de novo – por isto que um atentado terrorista no Afeganistão<sup>9</sup> não é notícia, na medida em que um evento similar nos EUA e na Europa é causa para comoção mundial. Sabe-se que o Afeganistão e os seus vizinhos estão imersos em uma catástrofe que nos parece sem fim, na medida em que os EUA e a Europa representem zonas das mais estáveis, sobretudo ao lidarmos com índice de desenvolvimento humano, transparência política e diplomacia. Assim, ao ressaltarmos o estudo de Galtung e Ruge (1965) ver-se-á o quão justo foi o posicionamento de tais autores quanto uma preponderância econômica de certas nações no decorrer da narração dos fatos e da produção noticiosa que daí emana – que um país pobre seja mais propenso aos problemas é coisa sabida, mas caso isto transborde para países dos quais dependa grande parte da comunidade internacional, uma notícia, neste sentido, será algo extremamente crucial. Por outro lado, podemos desafiá-los no sentido “determinista” de tal proposição se trouxermos à tona a ampla cobertura do atentado terrorista no centro judeu de Buenos Aires em 1994 – um país que se não é miserável, tampouco poderá ser considerado como um dos mais relevantes para a cobertura jornalística mundial<sup>10</sup>. A própria análise do mal demonstra o porquê disto. Além do mais, a Argentina nunca foi um reduto terrorista – e jamais apresentou qualquer motivo para que algo da magnitude de um atentado de tamanhas proporções se desse ali. Por outro lado, ao pensarmos no Afeganistão ou no Iraque, o panorama é completamente diverso. Atentados por lá, infelizmente, não são ocasiões tão raras. É por esse ângulo que a ocasião pode fazer toda a

---

<sup>9</sup> Em sites americanos de informação, muitas vezes, um atentado terrorista em Kabul aparece como nota de rodapé. Mesmo no jornalismo brasileiro, a barbárie do Estado Islâmico, por exemplo, surge apenas como uma pequena nota a ilustrar uma fotografia vezes a fio.

<sup>10</sup> Esta constatação, aliás, pode ser estendida à América do Sul como um todo.



diferença. É neste sentido que algumas vidas humanas – desafortunadamente – terminam por valer, ao menos no jornalismo, mais do que outras. Não é toa que o jornalismo mais se preocupe com seis vítimas no centro de Londres do que com os outros quarenta e quatro mortos nas cercanias de Cairo<sup>11</sup>. Por lá, tanto na imprensa quanto na sociedade, aparentemente, o mal está menos banalizado.

#### **4. A semiótica da “novidade”**

Quando dizemos que muitos indivíduos, camadas sociais e outros países sejam ignorados na representação, ou ainda que sejam retratados de uma maneira tão banalizada que chegam quase a perder o “status do humano” que partilham conosco – como se o fato escabroso de crianças morrerem todos os dias na Síria fosse tão normal quanto qualquer outra notícia que possa nos incomodar – não se deve ignorar tampouco o caráter lógico e epistemológico que uma noção de “novidade” possa assumir no fazer noticioso. No discurso jornalístico, a novidade é essencial – seja para o bem ou para o mal. A repetição de qualquer fato pode mesmo aniquilar o caráter da novidade que se espera na informação. É por essa razão tão singular que episódios tão ou mais macabros que o caso da Síria tenham sido contemporizados no discurso jornalístico. A semiótica percia-na e a sua premissa para uma teoria da informação (baseada na novidade) também podem nos fornecer um interessante material de análise a partir de tal prisma.

Segundo Winfried Nöth (2013), os signos existem em duas dimensões tangenciáveis: a profundidade e a amplitude. Ele então constata (2013) que todo aumento na amplitude significa um decréscimo na profundidade, na medida em que todo ganho de profundidade irá desembocar na redução da amplitude. É Peirce quem levará tal constatação ao seio da própria proposição lógica – a interposição entre amplitude e profundidade representaria o jogo do parâmetro informacional como um todo. A lógica das premissas e proposições, extremamente congruente, desemboca em um emaranhado transubjetivo, indicando a capacidade de representação do subjetivo informacional já no mundo externo, social e real. As aplicações disto na prática são no mínimo explosivas,

---

<sup>11</sup> Menção aos atentados terroristas mais recentes em Londres e Cairo, nos meses de março e abril de 2017 respectivamente.

sobretudo no caso do problema do mal. Ao levarmos esta análise a cabo fica muito claro o porquê de os jornais e os jornalistas se remeterem por vezes a fio à mesma temática. O mal é uma grande instância para a prática informacional, na ampla maioria das vezes fica atrelado ao sentido da novidade – isso nos termos mais semióticos possíveis quando levamos em consideração a noção informacional da semiótica cunhada por C.S. Peirce. Assim, pode-se avaliar o grau de novidade que o mal acarreta no discurso noticioso ao se aferir uma medição da frequência do teor informativo que as notícias (na ampla maioria das vezes negativas) assumem no meio comunicacional.

Levando-se tudo isto quanto se foi debatido em consideração, perceber-se-á que a notícia é também a reverberação de uma inquietação representacional que precisa ser aplacada. A informação então se dará com parâmetros naquilo que seja o novo – um crime em determinada área, um assalto acolá, uma guerra no exterior ou na porta de nossa casa etc. Não é nada novo que um crime, um assalto e uma guerra sejam ruins (não há aumento de informação nesse caso, se nos apoiarmos na teoria perçiana). Porém, toda essa informação será singular no caso de uma nova conotação ao termo. Se em um continente estável houver uma crise de refugiados, a notícia será explosiva (exemplo: refugiados na Europa); na medida em que se der em um contexto instável e “acostumado” com o mesmo fato, não será nenhuma novidade (exemplo: refugiados em Uganda). É avassalador dar-se conta de que o ruim, o negativo e o mal podem se tornar algo de banal, como se uma crise de refugiados fosse o usual, como o é no caso da representação da África, por exemplo. É daí que se pode tender a uma expectativa de banalização do mal no noticiário. Decerto que será necessário levarmos em consideração a preponderância de outros fatores em jogo, não podemos ser inocentes quanto a isso: poderio econômico, poderio midiático, racismo etc. Todavia, é importante salientar esse caráter da novidade ainda que imiscuído no banal<sup>12</sup>. O jornalismo, em certa medida, termina por se equilibrar nesses parâmetros frágeis – entre o ferro e o fogo, o problema de narrar o aqui, esquecendo-se do acolá (da figura maior por detrás da coisa). A representação será para sempre o dilema do jornalista. É nessa toada que as camadas mais frágeis da sociedade podem se ver, subitamente, retraídas do direito à informação e à sua própria representação. E quando isso ocorrer, muitas vezes se dará que os indiví-

---

<sup>12</sup> Uma das categorias às quais se remetem Galtung & Ruge (1965).

duos de determinado grupo social serão retratados com base em “pseudo-predicados” – a partir de uma série de premissas negativas que constantemente se atrelam a eles. Depois disso, mesmo o mais duro golpe da realidade (violência, racismo, terrorismo etc) estará profundamente banalizado. Em seguida, perde-se a sensibilidade.

## 5. Considerações finais

Mesmo o jornalismo, que se pauta pelo novo, pode deixar de lado a história maior, que fica relegada aos livros de história. O jornalismo, ao se ocupar do novo, ainda que minimamente novo, termina por criar um corte epistemológico menor do que poderia realizar. Ao se atentar nas micro-transformações do dia-a-dia, nas pequenas novidades, termina por deixar correr as veias abertas da história. O limite entre o histórico e o banal, entre a história e o que é próprio ao comum, é verdadeiramente um desafio a quem se ocupa do fazer noticioso. Não é à toa que muita gente não se veja representada na mídia ou nas notícias que ela carrega consigo. Quando perdemos a capacidade de nos sensibilizarmos diante de uma cena chocante, diante de um grupo social em perigo, é sinal de que nenhum de nós soube escapar à banalização do mal. Como já cantava Chico Buarque<sup>13</sup>, “ninguém notou; ninguém morou na dor que era o seu mal; a dor da gente não sai no jornal”.

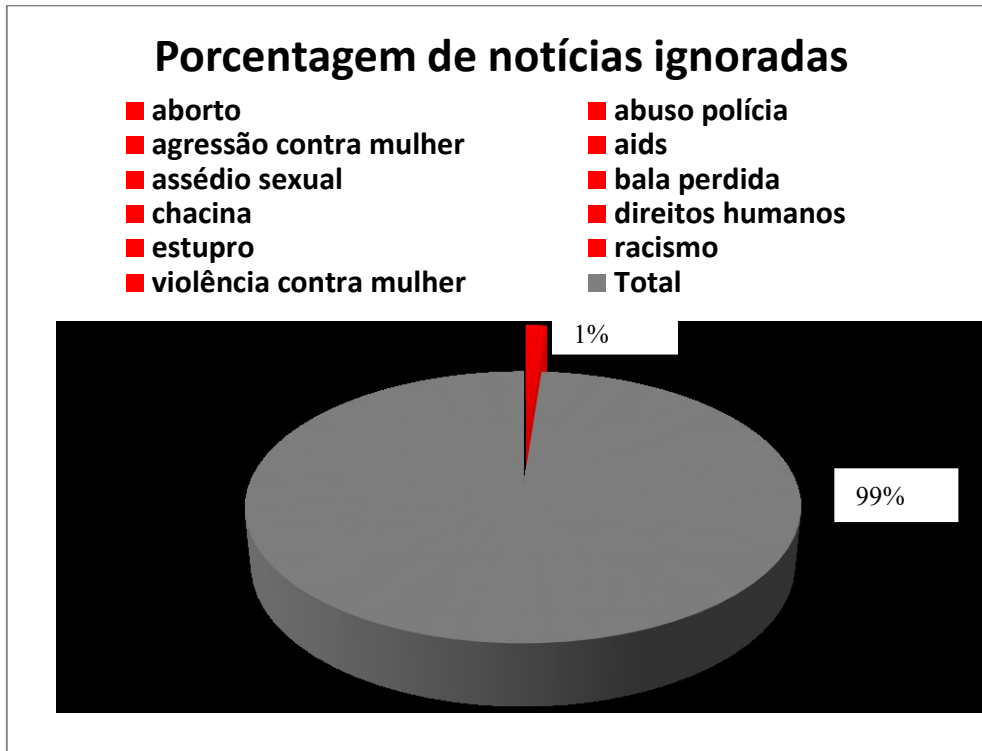
## 6. O “esquecimento” das terças-feiras (Gráficos e Tabelas)

Um levantamento empírico tomando por base o jornal Estadão pode demonstrar muito bem como certos indivíduos e temáticas estão privadas de uma sorte de representação que, em tese, deveria ser essencial no mundo dos jornais. Tomando por base 1774 notícias do veículo noticioso acima citado, todas elas publicadas nos exemplares impressos de terça-feira, tem-se por base que os seguintes temas são obviamente ignorados – o que o autor prefere apelidar de o “esquecimento” das terças-feiras:

---

<sup>13</sup> Versos da canção “Notícia de Jornal” da autoria do pr

GRÁFICO 1



1. De 1774 notícias analisadas, apenas 1% se referia a temáticas tão cruciais como as explicitadas acima; algo que, obviamente, é completamente insuficiente para fazer justiça ou representar os indivíduos que lidam diariamente com tais problemas.

GRÁFICO 2



2. Dentro do “1%”, é assim que se dá a distribuição das pautas e temáticas analisadas.

## Referências

ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Pontes. 2005.

ERICSON, R; BARANEK, P.; CHAN, J. **Visualizing Deviance: A Study of News Organizations**. Toronto: University of Toronto Press. 1987.

GALTUNG, J.; RUGE, M. H. **The Structure of Foreign News. The presentation of the Congo, Cuba, and Cyprus Crisis in Four Norwegian Newspapers**. Journal of International Peace Research. Oslo. Vol. 2. nº1. pp. 64 – 91. 1965.

NÖTH, W. **Charles S. Peirce’s Theory of Information: A Theory of the Growth of Symbols and of Knowledge**. In: Cybernetics and Human Knowing. Vol. 19, nº. 1-2, pp. 137-161. 2013.

SODRÉ, M. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez. 1992.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular. 2ª ed. 2005.